

# ECOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA: CONSTITUIÇÃO DE DISCURSOS, DE SUJEITOS

Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto  
Amanda Matos Santos  
Universidade Federal de Sergipe

## Introdução

O presente trabalho consiste em uma abordagem parcial da dissertação de mestrado intitulada “O discurso ecológico no livro didático de Língua Portuguesa: política e poder” PPGL/UFS). Esse tema nos interessou particularmente por termos nos deparado com discursos cujo objetivo é a discussão sobre o ambiente. No contexto sociopolítico atual, declarar-se sustentável tornou-se uma opção politicamente correta, por isso tal discurso atravessa não só as mídias, mas também as salas de aula. A preocupação com a questão ambiental surge após a constatação de que o capitalismo, cuja prioridade é o aumento da produtividade, dos bens de consumo, está comprometendo o meio ambiente em prol do desenvolvimento econômico, gerando uma crise ecológica suscitante de providências emergenciais.

A influência dos órgãos internacionais, no que tange à Educação Ambiental no Brasil, pode ser verificada por meio do estabelecimento de aspectos legislativos, os quais fizeram deste campo uma política educativa do governo. A Lei de n. 6938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 2013), art. 2º, inciso X, delega ao Estado a obrigação de inserir a Educação Ambiental nos diversos níveis de ensino. Tal postura provoca uma revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais passaram a articular o conhecimento específico de cada disciplina com a questão ambiental. O discurso ecológico passa, assim, a integrar a ordem de discursos legitimados pelo Estado; ganha crédito estatal, autoridade discursiva. Com efeito, entra em uma circulação discursiva na escola, na mídia.

Entendemos que legitimar o discurso acerca do meio ambiente é um dos mecanismos utilizados para controlar a conduta dos indivíduos, frente às catástrofes ocorridas atualmente. Nesse sentido, é imprescindível uma atenção para o fato de que, mesmo aqueles discursos proponentes de uma nova perspectiva paradigmática para o bem comum da humanidade, sub-repticiamente, visam ao controle dos sujeitos, para que atendam aos padrões de sobrevivência e aos valores morais norteadores das sociedades, os quais são instaurados pelos sistemas de poder. E, apesar de seu aspecto positivo, concernente à proteção ambiental, entendemos que tais discursos objetivam controlar os sujeitos, gerando práticas discursivas referentes aos comportamentos dos seres, tal como Foucault (1997, p. 135) as define:

Finalmente podemos caracterizar agora o que se chama ‘prática discursiva’. Não se pode confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem como atividade racional que pode funcionar em um sistema de interferência; nem como a ‘competência’ de um sujeito falante quando constrói as frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e espaço, que definiram para uma época dada e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (grifos nossos).

As nossas análises estão ancoradas na Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), à luz da qual compreendemos que a constituição dos sujeitos está relacionada à construção dos sentidos, numa relação de tensão entre a paráfrase e a polissemia (a estabilização de determinados sentidos, o rompimento dela). Baseamo-nos igualmente nas teorias de Foucault (1966, 1987, 1996, 1997, 2008, 2012), para quem o discurso<sup>4</sup> é fundante: são os discursos que produzem as verdades, instauram a ordem, o poder. As relações de poder produzem saberes e, con-

<sup>4</sup> Consoante Foucault (2012 [1978], p. 248), o *discurso* deve ser tratado como “[...] uma série de acontecimentos, como acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado”. As teorias *foucaultianas* buscam também ‘explicar a constituição do sujeito na trama da história’, colocando-o não como um sujeito dono de seu discurso, mas como um objeto historicamente constituído. E, apesar de esse filósofo (FOUCAULT, 2012 [1978]) ser contrário a uma análise *materialista* do discurso, tal como a AD o faz, utilizamos suas contribuições, no que diz respeito às relações de poder e de saber.

sequentemente, processos de subjetivação (GREGOLIN, s/d). Em decorrência disso, tentamos analisar como ocorre a subjetivação do interlocutor do livro didático (LD) de Língua Portuguesa (LP); nesse caso, o aluno, o professor. Levamos em conta ainda o ponto de vista desse filósofo, segundo o qual a disciplina (no nosso caso, a LP) consiste em um dos procedimentos de controle dos discursos, ao considerá-la um conjunto de verdades. Foucault (2008, p. 179-180) assim reflete sobre os gestos de produção, circulação e funcionamento *dessas verdades*:

Em uma sociedade como a nossa, [...], mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. **Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade** (grifos nossos).

O LD de LP constitui um desses instrumentos em que determinadas verdades sobre a Educação Ambiental são circuladas, sob a tutela do Ministério da Educação (MEC), uma instituição de poder. Daí a importância de investigarmos quais discursos sobre o meio ambiente atravessam a sala de aula, via livro didático de LP; os efeitos de sentido decorrentes deles, assim como suas formações discursivas (FD), questionando-nos de que lugar os autores do LD enunciam, quais formações ideológicas (FI) perpassam essa materialidade discursiva.

No que concerne às nossas análises, efetuamos apenas dois *recortes discursivos*<sup>5</sup> de diferentes gêneros textuais<sup>6</sup>, haja vista a dimensão deste capítulo. E, antes de darmos prosseguimento às nossas discussões, elucidamos que o descaso quanto à preservação do meio ambiente, da flora, é uma prática perpetuada na sociedade atual e, no caso do Brasil, re-

<sup>5</sup> Para Orlandi (1984), o *recorte* é uma unidade discursiva, conseqüentemente, um fragmento da situação discursiva; varia segundo o tipo de discurso, as condições de produção, o objetivo e o alcance da análise. Trazemos à baila esse conceito como um recurso metodológico.

<sup>6</sup> Esses recortes foram feitos com base na coleção didática *Português - Linguagens* (CEREJA; MAGALHÃES, 2010).

monta ao período da chegada dos portugueses a essa terra. Como bem alerta Reigota (2001, apud BARROS, 2004), a primeira prática contra a natureza, no Brasil, foi a derrubada de uma árvore para a construção de uma cruz – símbolo da religião católica. Tal afirmação é ratificada pelo trecho abaixo, retirado da carta escrita por Caminha.

E enquanto fazíamos a lenha, **construíam dois carpinteiros uma grande cruz de um pau que se ontem para isso cortara**. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais para verem a ferramenta de ferro com que a faziam do que para verem a cruz, porque eles não têm coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, medidas em um pau entre duas talas, mui bem atadas e por tal maneira que andam fortes, porque lhas viram lá (BRASIL, 2013, p. 9, grifos nossos).

Atualmente, entretanto, tem-se tentado rever essa imagem de degradação do meio ambiente que se fixou na memória do povo brasileiro, a qual impulsionou os atos de destruição e exploração que levaram à crise ambiental a que assistimos hoje. Contudo, assim como o corte da primeira árvore serviu para demarcar o poder da religião, dos portugueses sobre os índios, o desmatamento, na contemporaneidade, ainda demarca as mesmas relações de poder, já que essa prática ocorre, sobretudo, para implementação da nova ordem social, a globalização, comandada pelas multinacionais que saem dos países desenvolvidos para se instalarem em territórios subdesenvolvidos ou emergentes; retiram destes os recursos naturais necessários para o crescimento econômico das grandes Nações. Com isso, defendemos que, mesmo perpetuando um *discurso ecológico*, sustentável, nas esferas da sociedade, é o sistema econômico que leva ao desequilíbrio da natureza, porém, essa culpa é lançada para o homem, quando, na verdade, este age em conformidade com os padrões ideológicos que norteiam a estrutura social. O LD, por conduzir as atividades educacionais dentro de uma instituição, perpetua a ‘culpabilidade’ humana e abstém o Estado das suas responsabilidades ambientais, como vemos ao longo das nossas análises que apresentamos a seguir.

## 1. AD e as teorias foucaultianas: caminhos para uma análise discursiva

Consoante a orientação teórica da AD francesa, o conceito de discurso advém da relação entre história, sujeito e ideologia; é definido como *efeitos de sentidos entre locutores* (ORLANDI, 2012). O sujeito da AD, por sua vez, é uma *função discursiva*. Para a Análise do discurso, o indivíduo, para se constituir sujeito passa de um estado de  $S_1$  (indivíduo) para  $S_2$  (função discursiva). Explicando melhor: o  $S_1$  (sujeito empírico/indivíduo) é interpolado pela Formação Discursiva (FD), pelo interdiscurso, pela Formação Imaginária (FI<sub>m</sub>), Formação Ideológica (FI) e, então, passa para o estado de  $S_2$  (função discursiva); é, pois, um sujeito *clivado* (está entre a consciência e a inconsciência). O sujeito é concebido, então, como “posição”; trata-se de uma *posição imaginária* que o autoriza a ser sujeito daquilo que diz; um “lugar”, pois enuncia de um lugar social (PÊCHEUX, 2008).

Os *efeitos de sentido* produzidos dependem da posição que o sujeito assume ao enunciar de uma *formação discursiva* (FD). Pêcheux (2008, p. 60) assim a define: “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de lutas de classe, determina o que pode e deve ser dito”. As *formações ideológicas* interpelam as FDs, refletindo-se no discurso. A ideologia, conforme Orlandi (2007, 2012), não é ocultação da realidade, mas a *naturalização* de sentidos dominantes; um mecanismo constituído por imagens sociais que produzem o efeito do óbvio. A partir de tal perspectiva, entendemos que os sentidos do discurso decorrem de outros sentidos naturalizados, cristalizados, legitimados pela sociedade, sustentando a formulação de novos discursos.

Entendemos que os sentidos atribuídos ao discurso decorrem de outros sentidos naturalizados e legitimados na sociedade, os quais sustentam a formulação de novos discursos. A *memória discursiva*, possibilitando a *retomada* de outros dizeres, oferece as bases necessárias para a constituição de *novos* sentidos. Nessa perspectiva, o sujeito, ao enunciar, filia-se a uma rede de memórias discursivas; o seu dizer já foi dito antes, em outro lugar e esquecido: é o já-dito que sustenta cada tomada de palavra. Isso ocorre via ideologia, a partir da qual há um processo de

naturalização dos sentidos, instaurador de um sistema de evidências relativo à linguagem que gera, por sua vez, no sujeito, a impressão da centralidade, de ser a origem do dizer.

Nessa direção, percebemos que os termos sustentável/ecológico são naturalizados na sociedade; são instituídos através dos sistemas de poder (FOUCAULT 1987, 1996, 2012). No caso deste estudo, esses termos são instituídos na/pela disciplina Educação Ambiental. Isso se dá pelo fato de o poder ser entendido como uma prática social determinada pelos sujeitos, pelas instituições, que delinham, a partir de procedimentos disciplinares, o tipo de comportamento dos sujeitos frente às questões sociais. Segundo Foucault (1987), tais procedimentos se estabelecem por meio da disciplina.

A disciplina constitui um dos princípios de controle de rarefação dos discursos. Seleciona as verdades que a compõe. Nessa perspectiva, a verdade deve estar no ‘verdadeiro do discurso’; por mais contundente que uma descoberta, uma afirmação seja, se não estiver condizente com os princípios que regem tal disciplina, o seu valor de verdade é anulado. Em relação a esse princípio, Foucault (1996, p. 35) defende o seguinte ponto de vista: “[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”.

Em decorrência disso, a disciplina delimita as fronteiras dos discursos por meio da constante repetição de regras, configurando-se como mais um princípio de coerção que age sobre os discursos. Diante de tais constatações, entendemos a *Educação Ambiental* enquanto uma disciplina, integrante, atualmente, da grade curricular de outras disciplinas, no espaço escolar, institucionalizando, assim, o *discurso ecológico*. E, na medida em que este discurso perpassa as disciplinas, torna-se verdadeiro. Logo, mediante as mesmas normas, novos enunciados são constantemente (re)formulados com a mesma finalidade: *veicular o desenvolvimento sustentável*. Nesse compasso, o *discurso ecológico* passa a integrar a ordem do discurso e se propaga por toda esfera educacional.

A partir dessas considerações teóricas, entendemos que, à medida que tal discurso passa a circular no espaço pedagógico, ele busca difundir um saber discursivo institucionalizado, atuando como um mecanismo de controle discursivo que visa propagar a cultura da sustentabilidade,

monitorando, para isso, as atitudes dos partícipes que integram o processo educativo. Isso porque, como bem afirma Foucault (1996, p. 44) “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo”. O discurso, portanto, é a ferramenta utilizada para a naturalização da ordem, do poder, docilizando os sujeitos, fazendo-lhes replicar um discurso cuja finalidade é fortalecer a própria instituição (FOUCAULT, 1996).

A seguir, abordamos alguns aspectos relativos ao livro didático (LD), por meio do qual os discursos acerca da sustentabilidade circulam na sala de aula; é o principal instrumento didático utilizado nas aulas de português.

## 2. O controle ideológico no livro didático

Como o nosso trabalho investiga a constituição dos sentidos, dos sujeitos no contexto escolar, consideramos a influência do livro didático (LD) no processo de ensino-aprendizagem. Concordamos com Souza (2011), para quem o LD é o principal recurso utilizado no decorrer das situações didático-pedagógicas. No imaginário das diversas sociedades, o LD constitui-se enquanto suporte informativo que auxilia o professor não só nas questões gramaticais, mas, sobretudo, nas atividades interpretativas, possibilitando, assim, as discussões acerca de uma determinada temática; acredita-se que é, portanto, um instrumento neutro que visa à veiculação do conhecimento. Porém, esse olhar relacionado à neutralidade do LD apaga outras finalidades relacionadas ao discurso pedagógico (DP).

Na escola, o LD possibilita também a difusão do poder, pela produção e circulação dos discursos por ele veiculados. O professor igualmente repete as ideologias perpassadas pelo LD, uma vez que este ocupa um lugar institucional garantidor da legitimidade do seu discurso. Conforme Guimarães (s.d.), na sala de aula, professor e aluno interagem, de acordo com as posições que ocupam, reproduzindo, portanto, *ações e dizeres* característicos dessa *formação imaginária*.

Grigolletto (2011, p. 68), por sua vez, define o LD como um *discurso de verdade*, por se constituir um texto fechado, com o preestabeleci-

mento de *sentidos*, a fim de serem “apenas reconhecido[s] e consumido[s] pelos seus usuários”. Sob essa perspectiva, compreendemos que a função do DP é fazer circular, no espaço escolar, discursos naturalizados, os quais atendem às determinações ideológicas de um contexto sócio histórico específico. Essa naturalização discursiva é uma maneira de controlar os sujeitos-alunos, interpelando-os segundo os sistemas de poder. O funcionamento do LD evidencia a busca pelo controle da leitura dos alunos, provocando um efeito de uniformidade, a partir de afirmações categóricas que apagam as múltiplas possibilidades de compreensão. Além disso, o manual do professor é repleto de respostas, eximindo-o da função de construtor do conhecimento, reduzindo-o a mero consumidor das verdades postuladas pelos *locutores/autores*<sup>7</sup> do LD. Na mesma medida, o LD é repetitivo, pois replica a mesma estrutura em todas as unidades; apresenta as formas e os conteúdos, naturalizando-os, criando, assim, um efeito de verdade. Nesse sentido, o aluno, ao interagir com o LD, deve refletir, porém sua reflexão é comandada por uma sequência linear que delimita o percurso dos sentidos (GRIGOLETTO, 2011).

Acrescentamos que, no contexto nacional, a adoção do LD pelas instituições de ensino depende do seu alinhamento com os programas educacionais integrantes do MEC (Ministério da Educação). Dentre eles estão os Parâmetros Curriculares para o Ensino de Língua Portuguesa (PCN) (BRASIL, 1998) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (BRASIL, 2007). No que tange ao ensino de Língua Portuguesa, os princípios e critérios avaliativos do PNLD ancoram-se em critérios gerais que norteiam o ensino da referida disciplina, e, por isso, devem ser prioritários na proposta do LD. A elaboração dos livros não é aleatória; é conduzida por parâmetros que *norteiam* o que deve ou não ser abordado, qual o direcionamento das questões que o permeiam; as editoras reiteram tais exigências. Dessa forma, há, como afirma Foucault (2009), *o apagamento do autor*, já que ele deve conformar o LD a normas institucionais. Não se apagam apenas as vozes do professor e do aluno, pelas exigências institucionais, mas também as dos próprios autores.

<sup>7</sup> Consoante Foucault (1987), estudamos os *autores* do livro didático, como uma posição discursiva, responsáveis pelos nós de coerência; são interpolados por múltiplas vozes institucionais, pela indústria editorial.



Com base nos conceitos estudados, argumentamos que, ao ser veiculado no espaço escolar, o *discurso sobre o meio ambiente* corrobora a ideologia que “culpabiliza” o homem pela degradação ambiental, contribuindo para que tal discurso se torne circular, produtor de verdades. Entendemos, porém, que o sistema capitalista é o responsável por essa degradação e, apesar de ter sido criado por homens, nem todos são condzentes com ele. O discurso, segundo o qual o homem é culpado pelos problemas ambientais é disseminado também por meio do livro didático, principal instrumento utilizado nas aulas de língua materna, controlado pelos sistemas de poder, conforme apresentamos a seguir.

### 3. A constituição dos sentidos ecológicos no livro de Língua Portuguesa

Como afirmado na introdução, na presente investigação, analisamos dois recortes discursivos, extraídos da coleção didática de Cereja & Magalhães (2010). Essa coleção constitui o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), o qual a aprovou como material didático para o ensino de Língua Portuguesa. Abaixo, apresentamos nossos recortes e análises.

#### 3.1 A poluição do ar sob um viés discursivo (R1)

O recorte discursivo ora examinado foi publicado em um *site* de uma organização não governamental<sup>8</sup> que desenvolve atividades a favor da conscientização ambiental; consta no referido *site* que a finalidade dessa ONG é “mobilizar as pessoas para o uso do poder transformador dos seus atos de consumo consciente como instrumento de construção da sustentabilidade da vida no planeta”. Porém, o suporte do qual foi extraído o texto para integrar o LD foi um jornal (Metro). Ou seja, o LD é o terceiro suporte pelo qual passa o referido recorte. Essa informação é válida, porque, conforme Marcuschi (2003), a mudança de suporte geralmente ocasiona alterações da situação de comunicação à qual está exposto determinado gênero textual/discursivo. Com a transposição, há um redirecionamento da situação comunicativa (construção de imagens entre os interlocutores, ambiente de circulação).

<sup>8</sup> Disponível em: [www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br).

No interior do LD em análise, o presente recorte é um anúncio publicitário, faz parte da seção ‘*Construindo o conceito*’, do LD do 9º ano. No âmbito do LD, o gênero textual em foco é utilizado primordialmente para trabalhar o conteúdo gramatical, *concordância nominal*; há apenas uma questão interpretativa: *No anúncio, qual é o principal argumento para que as pessoas usem menos automóveis?* Essa indagação é conduzida pela seguinte resposta: *é a informação sobre o quanto os carros do Estado do Rio Grande do Sul poluem a cada quilômetro rodado.* Abaixo, apresentamos o texto ao qual nos referimos.

Figura 1 - Recorte Discursivo 1



Fonte: Cereja & Magalhães (2010, p. 171)

A análise acerca do referido texto envolve diretamente algumas questões: 1) a quem se destina esses discursos, ou seja, quem é o público

alvo? 2) Que informações sub-reptícias são veiculadas, de que maneira essas informações são trabalhadas no interior do LD, considerando o contexto em que foram produzidas? 3) O texto mantém as suas finalidades primeiras, a situação comunicativa (construção de imagens entre os interlocutores, ambiente de circulação), ao ser inserido no material pedagógico pelos autores do LD?

Como mencionamos, a publicidade em questão foi divulgada em uma *site* de uma ONG. Haja vista o gênero discursivo a partir do qual foi produzido, o texto está imerso na teoria da comunicação, com uma linguagem que visa persuadir o interlocutor (especificamente no que tange à poluição ambiental produzida pelo escapamento dos automóveis); tem, portanto, uma função comunicativa que está atrelada à referida organização. Esse é o sentido quando lemos o *slogan* em letras garrafais (NÃO DEIXE O ESCAPAMENTO DO SEU CARRO AQUECER AINDA MAIS O PLANETA). Na parte inferior da imagem, em letras igualmente garrafais, mas em uma fonte menor, entendemos que o texto<sup>9</sup> objetiva fazer com que o interlocutor repense o uso recorrente do automóvel particular e opte, quando possível, por transportes alternativos, não poluentes ou poluentes em menor grau do meio ambiente (diminuindo a emissão de gases poluentes). Devido à falta de legibilidade do referido enunciado, o segundo sentido possivelmente não é construído pelo interlocutor.

No âmbito da propaganda em análise, apesar da singularidade do pronome “SEU”, ela é dirigida a todos os proprietários/usuários de automóveis, principalmente os que apresentam problemas no escapamento. Contudo, ao ser transposto para o LD, o interlocutor não é mais o proprietário de automóveis, mas o aluno, conseqüentemente, há outro efeito de sentido, haja vista a mudança de situação comunicativa. Esse gênero textual/discursivo, então, passa por um processo de resignificação, ao ser inserido no manual didático. Na atual situação comunicativa, os locutores passam a ser os autores do LD, os interlocutores, os estu-

<sup>9</sup> “Os gases emitidos pelos escapamentos dos automóveis são uma das principais causas do aquecimento global. Se 2,3 milhões de carros do Estado do Rio Grande de Sul reduzissem os seus deslocamentos em apenas um quilômetro por dia, depois de um mês, teriam deixado de emitir um volume de gases de efeito estufa correspondente ao que 45 campos de futebol, cobertos de árvores crescendo, absorveriam em 37 anos” (enunciado presente no anúncio).

dantes de LP. Consequentemente, recorre-se à conscientização ecológica desses estudantes (nem sempre possuidores de carros), a fim de persuadi-los para não assumirem a posição de degradadores ambientais; há, portanto, outra construção de sentido, a compatível com o ambiente de circulação desse gênero e com as suas finalidades institucionais: a escola. Ressaltamos ainda as pistas discursivas dos enunciados que compõem o anúncio em questão, são os pronomes possessivos presentes nos seguintes enunciados:

Não deixe o escapamento do seu carro aquecer ainda mais o plante (enunciado principal).

Para construir um mundo melhor, o primeiro gesto está em suas mãos.

Seu consumo transforma o mundo.

Constatamos, mais uma vez, que essa propaganda também produz um efeito de sentido de que o homem é o causador dos danos provocados ao meio ambiente. Tal afirmação é respaldada pelos possessivos **seu, sua**, os quais, mesmo em terceira pessoa, dirigem-se ao interlocutor, segunda pessoa; tais pistas discursivas direcionam o sentido da produção textual: acusam-se diretamente os leitores do anúncio (proprietários de carro; no LD, os alunos) pelos problemas relativos à natureza. Conforme esse anúncio, o problema, enfim, é do uso que o proprietário faz do carro. No entanto, não se reflete sobre a necessidade, a produção tampouco a compra do carro. Essa reflexão abordaria o cerne da questão: o modelo de “desenvolvimento” da sociedade capitalista.

Ao veicular o texto em foco no LD, os autores se valem do discurso midiático – FD midiática – para corroborarem o discurso do modelo social capitalista, o qual, a partir de sentidos naturalizados elege o homem como agente destruidor da natureza. O enunciado “*Seu consumo transforma o mundo*” gera o seguinte efeito de sentido: o modelo de desenvolvimento sustentável está nas mãos do homem comum, a decisão de proteger ou não os bens naturais; são os seus hábitos, suas práticas sociais que determinarão tal relação. Isso porque os autores não abordam questões que esclareçam o contexto social e ideológico da materialidade discursiva, como, por exemplo, o fato de o uso recorrente do automóvel particular como meio de transporte prioritário ser impulsio-

nado pelos padrões de consumo fixados na nossa sociedade, reforçados pela mídia e pelas facilidades de crédito, assim como pela crescente produção desse produto. Quando reproduzem os discursos, sem proporem uma reflexão sobre o sentido por ele instaurado, os *autores/locutores* LD silenciam o modelo de desenvolvimento em que todos nós vivemos; inibem o desenvolvimento da crítica ao modelo econômico, bem como a produção de outros sentidos que associem o efeito discursivo à ideologia que os rege; corrobora os padrões ideológicos do sistema atual, as relações de poder no espaço escolar.

Percebemos, dessa forma, que o universo pedagógico, no qual deveríamos propiciar o aprimoramento do senso crítico, relativo aos diversos discursos que integram o ambiente de ensino (conforme pregam os PCN de Língua Portuguesa), acaba se tornando uma ferramenta institucional para a reprodução e naturalização dos discursos legitimados, como a circulação ideológica do *discurso sobre/acerca do meio ambiente*.

Mesmo sendo divulgado em um *site* de uma ONG (organização que *a priori* não mantém relações estatais), os sentidos instaurados pela produção discursiva refletem os valores do sistema capitalista; corroboram suas práticas, haja vista o anúncio não ser contra o consumismo, por este ser ratificado pela nova ordem mundial (a globalização), apenas leva à reflexão sobre o escapamento dos carros, uma vez que este é um discurso legitimado pelo Estado e agrega-lhe credibilidade diante das empresas e setores estatais. Um exemplo dessa relação é a inserção desse anúncio no LD de Língua Portuguesa, pois, se tal LD foi aprovado pelo MEC, pela comissão do PNLD, é porque ele atende aos objetivos do setor da Educação, à ideologia governante, pois reflete o discurso das instituições. Nesse compasso, percebemos que tais organizações não são totalmente dissociadas das imposições do Estado.

### 3.2 O discurso do desmatamento no LD de Língua Portuguesa (R<sub>2</sub>)

O recorte discursivo 2 constitui um cartum, retirado do livro do 9º ano; integra a seção *Ler é diversão* e não traz nenhum comando interrogativo; a compreensão fica a cargo apenas da leitura das imagens, visto que não consta linguagem verbal, conforme Figura 2.

Figura 2 - Recorte Discursivo 2



(Mauricio Helt. In: 32º Salão de Piracicaba. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Memorial de Artes Cênicas do Brasil, 2006. p. 44.)

Fonte: Cereja & Magalhães (2010, p. 252)

Os componentes da figura acima nos remetem às prováveis discussões acerca do meio ambiente: pomar, casa, homem, serra elétrica, árvore, ninho de pássaro; depois, máquina, pássaro, destruição da casa. Nessa ordem de exposição, somos levados a uma relação de causa e consequência: destruição da árvore pelo homem, destruição da casa pelo pássaro.

Para compreendermos os efeitos de sentido presentes no contexto dessa figura, recorreremos aos postulados teóricos acerca da *heterogeneidade discursiva*, segundo os quais a linguagem é constitutivamente heterogênea; trata-se de um fenômeno social, por isso a comunicação só se concretiza na relação com o *Outro*, com as vozes que perpassam o discurso. Todo ato discursivo, portanto, é heterogêneo, dessa forma entendemos que o ser humano não se concebe fora da relação que o associa ao *Outro*, já que seus discursos se constituem a partir de diversas vozes (dizeres) ditas e esquecidas (o interdiscurso), as quais estabelecem as bases para a formulação de novos dizeres e sentidos.

Nesse caminho, Authier-Revuz (2004) propõe a distinção entre dois tipos de heterogeneidade: constitutiva e mostrada. A primeira é a con-

dição para que haja discurso. O *outro* aparece no discurso, mas não é linguisticamente marcado, pertence à dimensão do inconsciente, é historicamente determinado, dá sustentação às enunciações. A presença do *Outro* está na constituição dos sentidos, mas só conseguimos apreendê-la quando remontamos ao contexto socioideológico da materialidade discursiva (as marcas do *Outro* não estão visíveis no texto, mas são retomadas inconscientemente na produção do discurso, atribuindo-lhe sentido). Já a segunda, diz respeito às marcas linguísticas no enunciado / discurso que inscrevem a presença do *Outro*: marcadas, indicações diretas do *Outro*; não marcadas, na materialidade linguística há efeitos da presença do *Outro*, mas este não é linguisticamente visível (o caso, por exemplo, da ironia).

Embora não haja nenhuma marcação linguística, tal imagem nos remete a alguns ditos populares, quais sejam: *um dia da caça; o outro, do caçador; quem com ferro fero com ferro será ferido; olho por olho, dente por dente*; diz respeito à figurativização desses ditos. A construção da imagem faz com que os referidos provérbios sejam utilizados com vista a ameaçarem o homem para que assim ele repense suas atitudes diante do meio ambiente. Vemos, portanto, a recorrência de dizeres que se cristalizaram na memória discursiva para instaurarem o sentido acerca do desmatamento, trata-se da heterogeneidade constitutiva, como explicitado. Esses provérbios não estão marcados na imagem, porém, na produção dos sentidos, eles são retomados pelo interlocutor, para gerar um novo efeito de sentido, aquele construído pelo autor do cartum. Inferimos, mediante a ordem sugerida pela figura, uma relação de vingança do pássaro para com o homem, pois do mesmo jeito que o homem está destruindo o habitat do pássaro, este, por sua vez, destrói o dele (a casa), ambos se mantêm na posição de vilões, contudo, a vilania do pássaro surge como consequência da ação humana contra ele. Embora na imagem essa reação apareça simultaneamente à ação do homem, o sentido empreendido não é de concomitância, mas uma relação de futuro, no que diz respeito ao pássaro. Isso gera um efeito de sentido de que a derubada das árvores e, conseqüentemente, a destruição do habitat dos pássaros trarão conseqüências futuras para a própria sobrevivência do homem; as ações deste se voltarão contra ele mesmo futuramente, conforme os ditos populares.

Além disso, o leitor precisa recorrer à memória discursiva em busca de outros discursos que o ajudem a compreender o efeito de sentido instaurado pela figura: o contexto do qual emerge tal discurso alerta para a crise ambiental, a necessidade de uma mudança de atitudes para o *bem da humanidade* (associação entre o interdiscurso e o intradiscurso), discursos legitimados e circulares, responsáveis por naturalizarem o sentido de que, mais uma vez, o homem é o culpado (não o sistema capitalista), pelas práticas sociais que destroem o meio ambiente.

Como na análise anterior, chamamos atenção ainda para a transposição do cartum de um suporte (*Salão de Piracicaba*, Instituto Memorial de Artes Gráficas de São Paulo) para outro (LD), haja vista a mudança das condições sociocomunicativas (qual o leitor virtual? Para que foi elaborado? Por que foi elaborado? Em que momento foi elaborado?). Enfatizamos que o texto, tal como exposto pelos *autores/locutores* do LD, visa apenas à diversão, sem questionamentos com vistas à construção de uma compreensão textual/discursiva, mas, ainda assim, o sentido é conduzido, pela associação das imagens, aos ditos populares. E, na medida em que recuperamos os dizeres ditos e esquecidos, *reatualizamos* os efeitos de sentido. Entretanto, entendemos que essa *movência de sentidos* ainda traz em seu bojo relações de poder, por se tratar de uma *reatualização* provocada pela instituição escolar, a partir do LD, promovendo processos de subjetivação dos agentes da educação (estudantes, professores). Nesse sentido, sendo o cartum um gênero textual/discursivo que pressupõe uma crítica, a partir de uma temática universal (neste caso, a reflexão sobre o/acerca do meio ambiente), notamos que essa crítica é destinada ao homem, não ao Estado. Mas não há qualquer orientação por parte dos autores/locutores do LD, responsável por fazer com que o aluno associe a materialidade discursiva em análise ao contexto histórico de produção, para que, assim, ele possa construir outros processos de significação além do construído pelo cartunista.

## Considerações finais

A partir do nosso dispositivo teórico e do metodológico, constatamos a institucionalização do discurso sobre o/acerca do meio ambiente, o qual tem seu sentido naturalizado por meio de relações de poder dis-



cursivamente determinadas (FOUCAULT, 1987, 1996). Para tal, recorre-se às formações discursivas midiática ( $R_1$ ) e mítica ( $R_2$ ), as quais não só corroboram o efeito de culpabilidade do homem / indivíduo acerca da atual crise ecológica, como também, perpetuam as ideologias do Estado (instituição de poder).

O primeiro recorte alerta para os danos causados pelo escapamento dos carros e, a partir das evidências discursivas *seu* e *sua*, destina-se ao aluno (considerando a inserção dessa publicidade no LD) a responsabilidade futura do meio ambiente. As finalidades do gênero discursivo sofreram alterações, haja vista a transposição de suporte de gênero, uma vez que o objetivo do anúncio publicitário é conscientizar o usuário do automóvel; ao integrar o LD, o interlocutor passa a ser o aluno que sequer pode dirigir. Já o segundo recorte remete a ditos populares que, mediante a memória discursiva, geram o sentido de vilania do homem em relação à natureza.

No que diz respeito aos processos de subjetivação, entendemos que os alunos, enquanto indivíduos, são interpelados pela FI capitalista (da globalização), passam para a posição sujeito do discurso. Essa formação ideológica tende a direcionar os sentidos que circulam no ambiente escolar, no tocante à temática ambiental. Por conseguinte, ao serem interpelados por essa formação ideológica, os sujeitos (estudantes) reiteram esses mesmos discursos sobre a temática ambiental, provocando a circularidade discursiva.

Diante do estudo realizado, constatamos, portanto, que a produção polissêmica do sentido é substituída pela produção parafrástica de sentidos (disseminação dos sentidos prontos acerca do meio ambiente), promovendo a circularidade discursiva. Em consequência desse movimento parafrástico de sentidos, há sempre o retorno ao *mesmo*, inibindo novos gestos de produção de sentidos e, conseqüentemente, gerando a cristalização desses *mesmos* sentidos. E, na medida em que essa cristalização discursiva produz verdades sobre a relação homem/meio ambiente, estas instauram a ordem, o poder. Com efeito, ao invés de promover gestos de transformação da situação em que os agentes da educação se encontram, levando-os a uma percepção do modelo econômico em que vivem, o LD pode promover a permanência nessa situação, por não conduzir a novas possíveis discussões.

Retomamos, então, os nossos questionamentos iniciais: de que lugares (FD) os autores/locutores do LD enunciam? Quais formações ideológicas (FI) perpassam essa materialidade discursiva? Entendemos que os autores/locutores enunciam a partir dos múltiplos documentos responsáveis por regerem a educação brasileira: os PCN, o PNLD, na medida em que se constituem respondentes a esses parâmetros, programas. Obedecem a eles, com o fim de terem aprovação de seu material didático. Além desses lugares, compreendemos que, como estão atravessados pelo discurso da indústria editorial, coercitiva em relação à aceitação para publicação, eles enunciam também a partir desse mercado. Em decorrência disso, estão interpolados pela ideologia do capital, deixando-a perpassar na materialidade examinada. Entretanto, não entendemos que tais relações sejam de completo subjugo a essas instituições, pois são capazes de resistirem a esse sistema. Concordamos, então, com Gregolin (2016, p. 13), para quem “[...] seria redutor entender que há apenas passividade diante do agenciamento coletivo da subjetividade; pelo contrário, há pontos de fuga, de resistência, de singularização”. Isso porque, se houvesse a garantia de submissão dos agentes da educação, não haveria necessidade de se repetirem as mesmas verdades, pois não há agenciamento completo das subjetividades pelo poder, há sempre gestos de resistência.

Entendemos, porém, que a leitura realizada sobre o LD em análise consiste em um gesto de compreensão. Admitimos a existência de outros gestos, a partir de outros recortes teórico-metodológicos.

## Fonte

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T.C. *Português: Linguagens*. 9º ano. 6. ed. São Paulo: Atual, 2010.

## Referências

ANÁLISE do discurso com Michel Foucault. Ep. 01: Quem somos nós hoje? Direção de Maurício Neves Corrêa. Produção Gabriela G. Jeronimo, Ivânia dos Santos Neves e Arcângela Sena (Grupo de Estudo de Análise do Discurso - GEADA/Grupo de estudo: Meditações, discursos e sociedades amazônicas - GEDAI). Roteiro de Maria do Rosário Gregolin. Curso de Comunicação Social da Estácio/FAP, Belém, 2016.

- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução e revisão técnica de Leci Borges Barbisan e Valdir Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BARROS, F. A. D. *Publicidade e meio ambiente: consciência ambiental?* Trabalho de monografia apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Tiradentes, Aracaju, 2004.
- BRASIL. Secretaria da educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acessado em 07/05/2013a.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em: 5 mai. 2013.
- DORNE, V. D. *A identidade do jornalista no (dis)curso da história da imprensa no Brasil*. 2015. 219f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Araraquara, 2015.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. *História da loucura: na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GRIGOLLETO, M. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, M. J. (Org). *Interpretação, autoria e legitimação*. Campinas: Pontes, 2011. p. 67-77.
- GUIMARÃES, E. Relações de poder no discurso pedagógico/didático. In: *Anais do VIII ENIL - Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal*, 2007.
- INTRODUÇÃO aos estudos do discurso e a obra de Michel Foucault. Direção Ivânia Neves. Produção Grupo de estudo: Meditações, discursos e sociedades amazônicas – GEDAI. Curso de Comunicação Social da Estácio/FAP, Belém, 2013.
- MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, linguística e literatura*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/viewFile/7434/4503>. Acesso em: 23 set. 2015.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 2 São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Uberaba, Minas Gerais, 1984. p. 9-26.

- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- SANTOS, A. M. *O discurso ecológico no livro didático de língua portuguesa: política e poder*. 2013. 117f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Sergipe, 2013.
- SOUZA, D. M. Livro didático: arma pedagógica. In: CORACINI, M. J. (Org). *Interpretação, autoria e legitimação*. Campinas: Pontes, 2011. p. 93-103.